

Junqueira admite seqüestrar bens dos corruptos

CORRUPÇÃO

A Procuradoria Geral da República deverá propor ações penais contra os envolvidos na máfia do orçamento, ampliando o número de parlamentares que foram acusados pelo relatório final da CPI e incluindo entre eles até mesmo as empreiteiras. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem que, após analisar as conclusões da CPI, o Ministério Público também poderá pedir a suspensão dos direitos políticos por até 10 anos e mais o seqüestro de bens contra quem houver provas de enriquecimento ilícito.

Junqueira afirmou ainda que vai convocar uma equipe de procu-

dutores para analisar o relatório final da CPI, entregue ontem pelo presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e pelo vice-presidente, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Se conseguir reunir indícios de que os parlamentares ligados à Comissão Mista de Orçamento agiram em conluio, o procurador-geral poderá denunciá-los por crime de formação de quadrilha num mesmo processo no STF.

“Se houver motivação igual e união de vontades, ou seja, se eles combinaram, o processo tem que ser um só”, explicou. Sobre as empreiteiras, acusadas de agirem como corruptores na liberação irregular das verbas do Orçamento, Junqueira ressaltou que o oferecimento de denúncia dependerá das provas que encontrarem nos autos. “Não havendo provas não posso apresentar denúncia. Mas nossa obrigação é esgotar todas as possibilidades de investigação”.



Junqueira informou a Passarinho que trabalho será insano. O senador disse confiar no empenho da PRG

Alan Marques